

ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Silvio Dreveck
Ana Paula Lima
Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Parabeniza o amigo Anaor Battisti, que assume a cadeira de vereador, em Jaraguá do Sul, pelo PCdoB, e também a Claudio Vignati, em Campos Novos, desejando votos de sucesso.

Registra que a União Nacional LGBT, a UNA, completou em data anterior dois anos de existência, é uma entidade preocupada não apenas com os direitos civis, mas luta também pela melhoria e qualidade de vida de toda população.

Informa que participou de um ato juntamente com várias entidades e profissionais da área da

saúde, contra liminar de um juiz federal que tira o direito dos mesmos de realizarem coletas de exames preventivos de sífilis, HIV, enfim, que inviabiliza a colaboração destes trabalhadores em diversas atividades de atenção básica a área, destacando que a atuação destes especialistas é um dos pilares no atendimento à população brasileira.

Comunica que vai apresentar requerimento para a realização de uma audiência pública, onde pretende debater os impactos da obstrução judicial da liminar imposta pelo juiz, e também moção de apelo ao Conselho Nacional de Justiça, pedindo celeridade no trato sobre o tema.

Conclui reafirmando que saúde não é mercadoria, e que no Brasil, enfermeiros e enfermeiras já contribuem com estas ações há mais de 20 anos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Reporta-se à decisão de um juiz da 20ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, que equivocadamente fez uso da antiga regulamentação do exercício da Enfermagem. Repudia a ação judicial do Conselho Federal de Medicina, no sentido de impactar no atendimento pelo SUS dos profissionais de Enfermagem. Discorre que tal atividade já está estabelecida nas portarias pelo SUS para a realização da política de atenção básica à saúde, que previne e resolve 80% dos problemas de saúde da população brasileira, evitando, por exemplo, as internações hospitalares.

Menciona que os órgãos relacionados à saúde do estado e dos municípios fizeram uma carta de esclarecimento à sociedade catarinense informando que as prerrogativas legais desses procedimentos realizadas pelo profissional de Enfermagem estão mantidas e que os serviços continuarão funcionando normalmente.

Lembra que o Outubro Rosa, programa mundial, é o mês de mobilização de prevenção de câncer de mama em defesa da saúde da mulher, sendo que muitas vezes nas redes femininas de combate ao

câncer tem apenas um profissional para realizar a coleta do preventivo ou para atendimento.

Cita que o Sistema Único de Saúde também presta serviços a partir de equipes multidisciplinares e multiprofissionais de diversas áreas, levando dignidade à população há mais de 20 anos e fazendo um trabalho de prevenção de várias doenças. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Contesta mais uma vez o pagamento das aposentadorias dos ex-governadores do estado de Santa Catarina, previsto no art. 195, da Constituição estadual, entretanto salienta que tal artigo foi revogado pelo Parlamento, observando os princípios da Constituição Federal, contidos no art. 37, inciso XIII.

Considera que tal assunto envolve uma questão legal, moral e ética do estado, desembolsando o valor equivalente a R\$ 4 milhões anuais aos ex-governadores catarinenses em detrimento da população, referindo-se à saúde, agricultura, educação e segurança pública.

Chama a atenção do Supremo Tribunal Federal, pelo descaso da Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pelo Ministério Público Federal de Santa Catarina, em 2008, por não se manifestar a respeito da matéria.

Por fim, informa que a sociedade conclama pela atuação do Parlamento, e solicita à Mesa Diretora e aos demais parlamentares colocar em votação a emenda constitucional que privilegia os ex-governadores do estado de Santa Catarina.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela luta, considerando-a significativa para combater os privilégios no estado. Paralelamente ao assunto, comenta que o Parlamento aprovou a lei do segundo professor, e o governo do estado entrou com uma ADIN, sendo julgada em apenas cinco dias. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Comenta sobre a portaria MTE n. 1129/2017, assinada pelo presidente Temer e publicada no Diário Oficial da União, que traz regras sobre o trabalho escravo e dificulta o acesso à lista suja dos empregadores flagrados na atividade.

Considera vergonhosas as novas regras, pois alteram o modelo de fiscalização e dispõem sobre novos conceitos de trabalho escravo, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, além de mascarar a intenção de dificultar a punição de flagrantes em situações degradantes.

Destaca que à época do ministro Manoel Dias a política de combate ao trabalho escravo resgatou milhares de trabalhadores em condições sub-humanas, mas agora os avanços obtidos estão ameaçados de retrocesso. Manifesta apoio e solidariedade ao conjunto de auditores fiscais encarregados da fiscalização e, ao mesmo tempo, declara-se contra esta medida tomada pelo mais impopular presidente da República dos últimos anos.

Também presta solidariedade ao conjunto de trabalhadores e suas famílias protagonistas do descaso e vilania de maus empresários que em nada contribuem para o desenvolvimento do país e pelo aprimoramento das relações de trabalho.
[Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Manifesta-se sobre a proposta de emenda à Constituição que trata das pensões de ex-governadores, destacando a emenda substitutiva global de sua autoria, e solicita que a matéria venha logo ao plenário para que os deputados possam se posicionar e dar uma solução à questão. Também questiona o caso das aposentadorias dos

policiais civis, enfatizando que há uma lei que garante uma aposentadoria especial a tais profissionais, porém destaca que a Procuradoria, a Casa Civil e o Iprev conseguiram uma liminar no STF para suspender os pagamentos, criando um clima de injustiça e insegurança no setor.

Relata que recebeu um expediente da Associação das Empresas de Transporte Turístico e de Fretamento de Santa Catarina e do sindicato da categoria referente ao projeto de lei que tratava do valor das multas aplicadas pelo Deter, que foi aprovado na Assembleia e convertido em Lei. Coloca a indignação do setor com a medida provisória do governo do estado que altera o que foi amplamente debatido no Parlamento pelos deputados e a categoria, e concede poder ao Executivo de criar tipicidades de multa, além das já previstas no regulamento, além de majorar ao dobro o valor de multa em caso de reincidência. Entende que se trata de um ato arbitrário do Poder Executivo, desrespeitando uma decisão da Assembleia Legislativa. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador) - Relata que há 60 dias o sul catarinense juntamente com vários prefeitos, secretários e equipe do governo estadual, está trabalhando para reverter o processo de fechamento da unidade da JBS em Morro Grande, informando que na presente data dois representantes da JBS comunicaram que seis grupos de investidores querem comprar a empresa, e que esta seria a solução para resolver a questão de a unidade continuar a gerar emprego e desenvolvimento na região.

Comenta que luta há 30 anos pela pavimentação da BR-285, na Serra da Rocinha, e que agora vai deslançar com previsão de inauguração em março de 2019, registrando agradecimento ao Fórum Parlamentar Catarinense, aos deputados e senadores de Santa Catarina que com um trabalho gigantesco conseguiram recursos para conclusão do investimento.

Finaliza salientando que a obra vai ser fundamental para a região sul, vai beneficiar o escoamento da produção e a integração do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Argentina.
[Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSD

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador) - Reporta-se à questão do uso das novas ferramentas tecnológicas beneficiando áreas como a segurança pública, saúde e a redução da burocracia no serviço público. Cita que o estado deve oferecer serviços de qualidade à população, assim defende que tecnologia alavanca o desenvolvimento socioeconômico e exemplifica sua aplicação em hospitais públicos, no sentido de diminuir custos, pois no estado uma UTI gasta R\$ 5 mil por dia, enquanto a do hospital filantrópico a despesa é de R\$ 2,5 mil.

Discorre sobre as três revoluções que ocorreram na história: a primeira tratava da segurança das pessoas; a segunda, em meados do século XIX visava à garantia e a liberdade das pessoas; a terceira, direitos sociais das pessoas; e, a quarta, é a que está acontecendo e, que precisa acontecer no serviço público, que é o uso de novas tecnologias e da inteligência artificial (IA).

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Parabeniza o deputado e corrobora com a fala, mencionando que as empresas desligaram as luzes e o telefone, passando a usar mais a *internet*, porém o serviço público continua engessado. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Tece comentários ao debate ocorrido, no dia anterior, no Parlamento catarinense, para discutir a questão do Brasil, sobre o brasileiro na sua grandeza territorial, na recuperação do estado já enfraquecido via incentivos fiscais e perdão de dívidas aos banqueiros, tornando o país forte para

o capital e o estado mínimo para o povo brasileiro.

Salienta que é um debate salutar, e afirma que a população entende o que está acontecendo no país quando recuperou empresas públicas, referindo-se ao sistema naval, aeroviário, entretanto afirma que o governo Temer está desmontando o Brasil para os chineses que querem controlar o sistema Telebrás, a energia do país, procedimento que mantém grande parte da população abaixo da linha de pobreza.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) -
Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.
[Taquígrafa: Elzamar]

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0346/2017.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0222/2017, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a entidade Obras Sociais da Casa Espírita Bezerra de Menezes, de Joinville.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0252/2017, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública o

Circolo Vicentino di Nova Veneza e Regione, de Nova Veneza.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0259/2017, de autoria do deputado José Nei A. Ascari, que declara de utilidade pública a Academia Tubaronense de Letras (ACATUL), de Tubarão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0098/2017, de autoria dos deputados Cesar Valduga e Darci de Matos, que modifica o art. 3º da Lei nº 16.869, de 15 de janeiro de 2016.

Ao presente projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0301/2017, de autoria do deputado José Nei A. Ascari, que altera a Lei nº

348, de 1958, que "Altera a divisão territorial do Estado", para fazer a correção ortográfica do nome do município de Grão Pará.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0212/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao Presidente da Caixa Econômica Federal, aos senadores e aos deputados federais catarinenses, apelando pela manutenção da Caixa como empresa pública estatal e manifesta contrariedade a qualquer tentativa de privatizá-la.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0213/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao Concórdia Atlético Clube, manifestando aplausos pela conquista do Campeonato Catarinense de Futebol Série B 2017.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0214/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviada ao Presidente da Petrobras, apelando pela permanência da empresa no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0215/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento Social, apelando pela revogação da Portaria nº 088/15 e do art. 58 da Portaria nº 113/15. (repasses de recursos federais)

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0216/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao senhor Nerino Furlan, manifestando aplausos pelos 30 anos de atividades da Planetapeia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0217/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga, a ser enviada ao excelentíssimo Juiz Substituto da 20ª Vara Federal Civil da SJDF e ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, manifestando preocupação e apelando pela revogação da decisão liminar que suspende parcialmente os efeitos da Portaria n. 2428, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0956/2017, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0957/2017, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0958/2017, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0959/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0960/2017, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0961/2017, 0962/2017, 0963/2017, 0964/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0965/2017, de autoria

do deputado Cleiton Salvaro; 0966/2017, de autoria do deputado Milton Hobus; 0967/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 0968/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0709/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0710/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0711/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão por até dez minutos, para que possam fazer uso da tribuna os srs. Nilvo Dorini, prefeito de Capinzal e Marcelo Henrique Barison, coordenador geral da Expovale, juntamente com a rainha Fernanda Taise Machajewski e princesas Maria Eduarda Tobaldini e Helena Crivelatti Coelli, e manifestam-se a respeito da Expovale Capinzal 2017. *[Taquígrafa: Sara]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal e, não havendo oradores a fazer uso da palavra, encerra-a, convocando outra, especial, para a presente data, às 19 horas, em homenagem à Federação Estadual de Taekwondo, seus atletas, treinadores árbitros, apoiadores e patrocinadores.